



1º CONGRESSO DE CONTABILIDADE DA UFRGS
1º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE DA UFRGS
Dias 20 e 21 de Outubro de 2016

CERTIFICADO

Certificamos que o trabalho ANÁLISE DAS TAXAS DE DESCONTO UTILIZADAS NO TESTE DE IMPAIRMENT DAS COMPANHIAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA de autoria de TAYNARA CRISTINA PEREIRA e SULIANI ROVER foi apresentado no 1º Congresso de Contabilidade da UFRGS, realizado em Porto Alegre, RS, nos dias 20 e 21 de outubro de 2016.

Porto Alegre (RS), 21 de outubro de 2016.

Márcia Bianchi

Márcia Bianchi
Coordenadora



Taynara Cristina Pereira

Graduanda em Ciências Contábeis - Centro Socioeconômico (CSE/UFSC)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Rua Eng. Agron. Andrei Cristian Ferreira, S/N, Trindade, Florianópolis/SC.
CEP: 88040-900
taynara_cp@hotmail.com / (48)3721-9383

Suliani Rover

Doutora em Controladoria e Contabilidade (FEA/USP)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Rua Eng. Agron. Andrei Cristian Ferreira, S/N, Trindade, Florianópolis/SC.
CEP: 88040-900
sulianirover@gmail.com / (48) 3721-9383

Análise das Taxas de Desconto Utilizadas no Teste de *Impairment* das Companhias Listadas na BM&FBovespa

Resumo

Dentre as mudanças ocorridas na contabilidade brasileira, tendo por objetivo a convergência às normas internacionais, elenca-se a obrigatoriedade da realização do teste de *impairment*, a partir do pronunciamento técnico 01 emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis [CPC]. O referido pronunciamento foi publicado e aprovado, inicialmente, em 2007 e, posteriormente, revisado em 2010. A norma determina que quando constatado que um ativo, ou grupo de ativos, está registrado por um valor superior aos benefícios que ele pode proporcionar, deve-se reconhecer uma perda na demonstração de resultado. Assim, o presente estudo busca verificar as diferenças e as similaridades nas taxas de desconto utilizadas no teste de *impairment* pelas companhias listadas na BM&FBovespa, classificadas de acordo com seus setores de atuação. Para consecução da pesquisa buscou-se analisar as demonstrações contábeis e notas explicativas do período de 2014 de 479 companhias de capital aberto. O estudo caracteriza-se como descritivo e a abordagem do problema é qualitativa-quantitativa. A pesquisa revela que aproximadamente 70% das empresas informaram realizar o teste de recuperabilidade, mas não reconheceram perda em suas notas explicativas. Apenas 64 empresas reconheceram perda no valor recuperável de ativos, destas cerca de 60% mencionam que utilizam o Fluxo de Caixa Descontado para cálculo da taxa de desconto. Ressalta-se que 36 companhias trouxeram de forma clara, em suas notas explicativas, o valor da taxa de desconto utilizada no teste de *impairment*, sendo que os percentuais variam de 4% a 18%, apresentando maior desvio padrão entre as empresas dos setores de consumo não cíclico (5,12%).

Palavras-chave: Teste de *Impairment*. Taxa de desconto. Empresas brasileiras.

Área Temática: Contabilidade para Usuários Externos

1 INTRODUÇÃO

A normatização contábil brasileira passou por significativas mudanças desde a criação das Leis n. 11.638 (2007) e n. 11.941 (2009) e da publicação e aprovação dos

pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábeis [CPC]. Dentre essas alterações, elenca-se a realização do teste de *impairment*, também denominado de teste de recuperabilidade de ativos, pelas empresas brasileiras.

O teste de *impairment* tem por objetivo certificar que os ativos registrados na contabilidade não estejam avaliados a um valor superior àquele passível de ser recuperado pelo uso nas operações ou pela venda. Logo, quando verificado que um ativo está registrado a um valor superior ao valor recuperável, deve-se reconhecer uma perda no resultado do exercício e reduzir o valor contábil do ativo testado, utilizando uma taxa de desconto que represente o real valor do ativo contabilizado nas demonstrações financeiras apresentadas pelas entidades.

A norma internacional que regulamenta o teste de recuperabilidade é a *International Accounting Standards* [IAS] 36 - *Impairment of Assets* emitida pelo *International Accounting Standards Board* [IASB], e no Brasil é o pronunciamento técnico CPC 01, emitido pelo CPC.

O CPC 01 foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários [CVM], por meio da Deliberação nº 527 de 01 de novembro de 2007, que o tornou obrigatório para todas as companhias abertas a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, sendo esta revogada pela Deliberação nº 639 de 07 de outubro de 2010, sendo decorrente da primeira revisão do pronunciamento técnico.

O valor recuperável é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesas de venda e o seu valor em uso. Conforme definições do CPC 01 (R1), valor justo líquido de despesas de venda é o montante a ser obtido pela venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa, menos as despesas estimadas de venda, e o valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa (CPC, 2010).

Para Zandonai & Borba (2009, p.26), “No momento da aquisição do ativo, há por parte da entidade uma expectativa de geração de benefícios futuros [...]. Porém, diversos fatores podem alterar as premissas de geração de benefícios da época em que foram adquiridos os ativos, modificando a real capacidade do bem de gerar os benefícios para a entidade”. Assim sendo, a entidade deve realizar o teste de recuperabilidade e caso constate que houve perda, deve reconhecer uma perda no resultado do exercício.

Para Raupp & Beuren (2006^a, p.7) “o *impairment* representa um dano econômico, ou seja, uma perda nos benefícios futuros esperados do ativo. Para identificá-lo a empresa precisa aplicar o *impairment test* (teste de recuperabilidade do custo)”. Além disso, outro passo importante na aplicação do teste é a definição da taxa que deverá ser utilizada para trazer os benefícios futuros a valor presente. Os autores ressaltam que o interessante é que seja utilizada uma combinação de taxas, por exemplo, uma média entre a taxa de aplicação em mercado nacional e internacional.

Assim, com base nas determinações referentes ao teste de *impairment*, elaborou-se o seguinte questionamento: Quais as diferenças e as similaridades nas taxas de desconto utilizadas para realizar o teste de *impairment* das companhias de capital aberto listadas na BM&FBovespa?

Para responder o problema de pesquisa, o presente artigo tem o objetivo de verificar as diferenças e as similaridades nas taxas de desconto utilizadas no teste de *impairment* pelas companhias listadas na BM&FBovespa, classificadas de acordo com seus setores de atuação. Para alcançar tal objetivo, foram analisadas as demonstrações contábeis e notas explicativas de 2014 de todas as companhias de capital aberto listadas na BM&FBovespa.

Para Rech & Cunha (2001 p. 2), “a ausência de justificativas divulgadas para a utilização da taxa de desconto é aliada a carência de estudos para a análise de quais taxas melhor expressam a capacidade econômica para fins de apresentação nas demonstrações financeiras”.

Destaca-se assim, a contribuição desta investigação, visto a carência de pesquisas realizadas e publicadas sobre esta temática, com enfoque na evidência das taxas de desconto. O estudo também se justifica pela importância deste teste para a confiabilidade e transparência das informações contábeis disponibilizadas aos seus usuários.

O artigo encontra-se dividido nas seguintes seções: Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Descrição e Análise dos Resultados e Considerações Finais. Além disso, o Referencial Teórico contempla aspectos sobre o teste de recuperabilidade, taxas de desconto e pesquisas anteriores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teste de Recuperabilidade

A Deliberação nº 527 de 2007, aprovou e tornou obrigatório, para as companhias abertas, o pronunciamento técnico CPC 01 a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. Em 2010, com sua revogação pela Deliberação nº 639 de 07 de outubro de 2010, ocorreu a primeira revisão do pronunciamento técnico. O CPC 01 (R1) busca estabelecer procedimentos para assegurar que os ativos das empresas não estejam contabilizados por montantes que excedam seus valores recuperáveis (CPC, 2010).

Este pronunciamento determina que as empresas devem avaliar a recuperabilidade dos ativos pelo menos ao final de cada exercício social ou sempre que houver alguma indicação que o ativo tenha sofrido desvalorização. Além disso, a entidade deve testar anualmente o valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso e do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) em combinação de negócios independentemente de existir, ou não, qualquer indício de redução ao valor recuperável (CPC, 2010).

Quando o valor recuperável é menor do que o valor contábil do ativo se tem uma perda por *impairment*. É importante ressaltar que o teste de recuperabilidade também se aplica a uma unidade geradora de caixa, que “é o menor grupo identificável de ativos que gera as entradas de caixa resultantes de uso contínuo, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou de grupo de ativos” (CPC, 2010, p.5). Logo, é o menor grupo de ativos que juntos contribuem para geração de futuras entradas de caixa para a empresa.

O CPC 01 (R1) define valor recuperável como o maior entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso. Para estimar o valor líquido de venda de um ativo, devem ser deduzidas as despesas de alienação, como despesas legais, com tributos, remoção do ativo e despesas necessárias para deixar o ativo em condições de ser vendido (CPC, 2010).

O pronunciamento técnico também identifica alguns elementos relevantes para compor a estimativa do valor em uso de um ativo:

- (a) estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo;
- (b) expectativas acerca de possíveis variações no montante ou no período de ocorrência desses fluxos de caixa futuros;

- (c) valor do dinheiro no tempo, representado pela atual taxa de juros livre de risco;
- (d) preço pela assunção da incerteza inerente ao ativo (prêmio); e
- (e) outros fatores, tais como falta de liquidez, que participantes do mercado iriam considerar ao precificar os fluxos de caixa futuros esperados da entidade, advindos do ativo (CPC, 2010, p.12).

Quando constatada uma perda por *impairment*, o CPC 01 (R1) determina que as empresas evidenciem informações que possibilitem aos usuários compreender as circunstâncias que ocasionaram tal perda, assim como a forma de obtenção do valor recuperável. Para cada classe de ativos deve-se divulgar em notas explicativas: o valor da perda e a linha da demonstração do resultado onde foi alocada a perda; o valor das reversões de perdas e a linha da demonstração do resultado na qual essas reversões foram contabilizadas; o valor das desvalorizações ou reversões ocorridas em ativos reavaliados que foram lançadas diretamente no patrimônio líquido, reconhecido em outros resultados abrangentes (CPC, 2010).

2.2 Taxas de desconto

A escolha da taxa de desconto é um dos pontos mais difíceis em qualquer prática de ajuste a valor presente (Martins, Gelbcke, Santos & Iudícibus, 2013). Diante dessa situação, o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) apresente orientações para determinação da mesma.

Para estimar o valor em uso de um ativo, deve-se, além de estimar fluxos de caixa futuros, aplicar a taxa de desconto apropriada a esses fluxos. Conforme determina o CPC 01 (R1), “a taxa de desconto deve ser a taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado acerca: (a) do valor do dinheiro no tempo; e (b) dos riscos específicos do ativo para os quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas” (CPC, 2010, p.17).

A adoção de uma taxa não deve se relacionar à estrutura de capital da própria empresa, pois o objetivo é a procura de um valor justo para a hipótese de como o mercado avaliaria o ativo considerando seu potencial gerador de fluxo de caixa (Martins *et al.*, 2013).

O CPC 01 (R1) menciona que essa taxa pode ser “estimada a partir de taxas implícitas em transações correntes de mercado para ativos semelhantes, ou ainda do custo médio ponderado de capital de companhia aberta listada em bolsa que tenha um ativo único (ou carteira de ativos) semelhante em termos de potencial de serviço e riscos do ativo sob revisão” (CPC, 2010, p.17).

Ainda segundo o CPC 01 (R1), “quando uma taxa específica de um ativo não estiver diretamente disponível no mercado, a entidade deve usar substitutos para estimar a taxa de desconto” (CPC, 2010, p.17), tais como: “o custo médio ponderado de capital da entidade, apurado por meio de técnicas de avaliação de ativos financeiros (CAPM); a taxa incremental de empréstimo da entidade; e outras taxas de empréstimo de mercado (CPC, 2010, 43). Porém, essas taxas devem ser ajustadas para incorporar a maneira como o mercado avaliaria os riscos específicos associados aos fluxos de caixa futuros do ativo e para excluir riscos não relevantes (CPC, 2010).

2.3 Pesquisas anteriores

Poucos são os estudos que analisaram as taxas de desconto utilizadas nos testes de recuperabilidade. As pesquisas sobre essa temática, geralmente, tem como o enfoque a divulgação de informações sobre o teste de *impairment*. Como exemplos de estudos desenvolvidos que relataram sobre tal assunto, pode-se citar: Souza, Borba & Zandonai

(2009), Gervásio & Souza (2014), Wrubel, Marassi & Klann (2015) e Ferreira & Martins (2015).

Souza *et al.* (2009) em um estudo para verificar se as companhias de capital aberto brasileiras, que reconheceram redução no valor recuperável de ativos em 2008, seguiram as normas de evidenciação contidas no CPC-01, verificaram que nenhuma das companhias analisadas divulgou de maneira completa as determinações emanadas pelo CPC-01. E a principal informação não evidenciada por algumas empresas foi o percentual da taxa de desconto utilizada nas projeções de fluxo de caixa.

Gervásio & Souza (2014) analisaram a forma que ocorreu o processo de aplicação do teste de recuperabilidade em uma companhia pernambucana de saneamento e abastecimento. Identificaram seus possíveis benefícios e suas principais dificuldades através de um questionário aplicado com um dos colaboradores responsáveis pela realização do teste. Notou-se, após o preenchimento do referido questionário, o conhecimento e a percepção do funcionário em relação à aplicação do teste de recuperabilidade.

Wrubel *et al.* (2015) investigaram o montante das perdas por *impairment* do ativo e sua associação com indicadores econômicos e de incentivo de divulgação, em empresas brasileiras. Seus resultados identificaram que alguns fatores determinam o reconhecimento das perdas por *impairment*, tais como: variações do fluxo de caixa, das receitas, do endividamento e de práticas de suavização de resultados. Porém, como grande parte das variáveis testadas não se mostrou relacionada com o reconhecimento da perda, concluiu-se que tais fatores não constituem elementos determinantes desta prática contábil.

Ferreira & Martins (2015) analisaram a diferenciação no grau de evidenciação entre empresas do setor elétrico, listadas no Novo Mercado, em relação às informações adicionais relativas ao teste de *impairment*. A pesquisa revelou que mesmo listadas no mesmo nível de governança as empresas apresentaram grau diferenciado de evidenciação, porém todas afirmavam estar em concordância com o CPC 01.

Diante das pesquisas analisadas, constata-se carência de estudos com enfoque nas taxas utilizadas para realizar o teste de *impairment* e estimar o valor em uso. Apesar de o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) determinar que a taxa de desconto utilizada pela companhia precisa ser informada, também se verifica que são poucas as empresas que divulgam essa informação, visto que dependendo da taxa de desconto adotada o valor recuperável pode sofrer alteração significativa.

3 METODOLOGIA

A abordagem do problema é qualitativa, por ser uma pesquisa exploratória onde houve levantamento de dados, e quantitativa, pois houve a necessidade de recursos e técnicas estatísticas, como utilização de mínimo, média, máxima e desvio padrão para melhorar a análise dos resultados e quanto ao objetivo, o estudo caracteriza-se como descritivo.

Para Gibbs (2009, p.9) “A pesquisa qualitativa parte da ideia de que os métodos e a teoria devem ser adequados àquilo que se estuda.” E para Diehl (2004), quando há o uso da quantificação na coleta de dados, utilizando técnicas estatísticas, a pesquisa é conhecida como quantitativa, sendo que este evita possíveis distorções de análise e interpretação.

Para Lakatos e Marconi (1992, p.82) estudo “descritivo é toda pesquisa que busca constatar algo num organismo ou num fenômeno”. A pesquisa classifica-se como descrita,

uma vez que busca verificar as informações sobre o teste de *impairment* contidas nas demonstrações contábeis e notas explicativas das companhias listadas na BM&FBovespa.

Segundo Beuren & Raupp (2006, p.83), “os procedimentos na pesquisa científica referem-se à maneira pelo qual se conduz o estudo, e portanto, se obtêm os dados”. Neste trabalho, foram utilizados procedimentos de pesquisa documental. Para a construção da pesquisa documental, foram analisadas 479 empresas, sendo essas classificadas conforme os dez setores de atuação da BMF&Bovespa. A Tabela 1 demonstra a quantidade de empresas analisadas classificadas conforme seu setor de atuação.

Tabela 1 - Classificação Setorial Das Empresas Negociadas Na BM&FBovespa

Setor Econômico	Quantidade de Empresas	Percentual (%)
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	6	1%
Materiais Básicos	36	8%
Bens Industriais	34	7%
Construção e Transporte	79	16%
Consumo não Cíclico	41	9%
Consumo Cíclico	67	14%
Tecnologia da Informação	10	2%
Telecomunicações	7	1%
Utilidade Pública	68	14%
Financeiro e Outros	131	27%
Total de Empresas	479	100%

Fonte: Elaborado pelos autores com base no site da BM&FBovespa (Dados obtidos em 15/11/2015)

Conforme a Tabela 1 verifica-se que o setor com maior representatividade é o “Financeiro e Outros” com 131 empresas, correspondendo a 27% das companhias analisadas, seguido do setor de “Construção e Transporte” com 79 empresas, representando 16% das empresas investigadas na pesquisa.

Das 479 companhias analisadas, 64 empresas registraram perdas por *impairment* e apenas 36 delas trouxeram de forma explícita o valor das taxas de descontos utilizados em seus ativos para a realização do teste.

O Quadro 1 apresenta as informações coletadas nos documentos das empresas analisadas.

Quadro 1 - Informações coletadas nos documentos analisados

Perda R\$	
Reversão R\$	
Valor recuperável	Valor justo
	Valor em uso
Cálculo da taxa de desconto	Custo Médio Ponderado de Capital
	Fluxo de caixa descontado
	Outro

Fonte: Elaborado pelos autores

Com base nas informações elencadas no Quadro 1, foram analisadas as demonstrações contábeis e notas explicativas do exercício de 2014 das empresas listadas na BM&FBovespa, com o intuito de descobrir quais as taxas utilizadas para elaborar o teste de *impairment*, e se há ou não similaridade entre elas.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Dentre as 479 empresas analisadas, 337 utilizaram o teste, mas não reconheceram perda, 78 empresas não citaram a utilização do teste em suas notas explicativas e apenas 64 registraram perda por *impairment*, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - Evidenciação do teste de recuperabilidade pelas empresas

Setor	Não Registraram Perdas por Impairment	Não Citaram o Teste em Nota Explicativa	Registraram Perdas por Impairment
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	2	0	4
Materiais Básicos	27	2	7
Bens Industriais	27	4	3
Construção e Transporte	52	19	8
Consumo não Cíclico	28	9	4
Consumo Cíclico	46	11	10
Tecnologia da Informação	4	2	4
Telecomunicações	4	1	2
Utilidade Pública	57	5	6
Financeiro e Outros	90	25	16
Total de Empresas	337	78	64

Fonte: Elaborado pelos autores com base no site da BM&FBovespa (Dados obtidos em 15/11/2015)

Do total das 64 companhias que registraram perdas estimadas por redução ao valor recuperável de ativos, 16 pertencem ao setor “Financeiro e Outros” e dez ao “Consumo Cíclico”. No entanto, se forem consideradas as 479 empresas investigadas na pesquisa, percebe-se que cerca de 67% do setor de “Petróleo, Gás e Biocombustíveis” e 40% do setor de “Tecnologia da Informação” registrou perda no período.

4.1 Método de Mensuração

A Tabela 3 evidencia o método utilizado pelas companhias para mensurar o valor recuperável de seus ativos.

Tabela 3 - Método de mensuração do valor recuperável

Setor	Valor Justo	Valor em Uso	Total de Empresas que registram perda
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	2	2	4
Materiais Básicos	6	1	7
Bens Industriais	1	2	3
Construção e Transporte	4	4	8
Consumo não Cíclico	3	1	4
Consumo Cíclico	10	0	10
Tecnologia da Informação	4	0	4
Telecomunicações	0	2	2
Utilidade Pública	5	1	6

Financeiro e Outros	15	1	16
Total	50	14	64

Fonte: Elaborado pelos autores com base no site da BM&FBovespa (Dados obtidos em 15/11/2015)

A partir dos dados apresentados na Tabela 3, constata-se que o método de mensuração de valor justo é o mais utilizado pelas companhias analisadas. Percebe-se que das 64 empresas que registraram perda por *impairment*, 50 utilizaram o método de valor justo, correspondendo a 78% das empresas, e somente 22% optaram pela utilização do método do valor em uso.

Conclui-se, a partir dos dados analisados na tabela, que o método que melhor representou o valor recuperável dos ativos das companhias foi o valor justo; entende-se que este, por sua vez, tem um menor grau de complexibilidade se comparado ao método do valor em uso.

4.2 Perdas Estimadas

Por meio dos montantes apresentados na Tabela 4, é possível verificar as estatísticas descritivas das perdas estimadas por redução ao valor recuperável de ativos contabilizadas no exercício de 2014 pelas empresas listadas nos diferentes setores da BM&FBovespa.

Analisando a média, nota-se a partir da Tabela 4, que os setores que apresentaram maior média de perdas foram os de “Petróleo, Gás e Biocombustíveis”, seguido por “Utilidade Pública” e “Financeiros e Outros”. Já os que registraram menor média foram os de “Consumo Cíclico”, “Bens Industriais” e “Consumo não Cíclico”, respectivamente.

Tabela 4 - Perdas estimadas reconhecidas no ano de 2014

Setor	Obs.	Média	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão
Petróleo, Gás e Biocomb.	4	(12.890.969.500)	(44.589.000.000)	(486.875.000)	21.176.017.805
Materiais Básicos	7	(669.919.286)	(2.783.727.000)	(2.087.000)	973.350.102
Bens Industriais	3	(34.821.333)	(71.053.000)	(6.566.000)	32.975.138
Construção e Transporte	8	(210.541.375)	(1.103.195.000)	(7.274.000)	369.912.787
Consumo não Cíclico	4	(80.128.000)	(210.339.000)	(776.000)	92.283.292
Consumo Cíclico	10	(12.526.950)	(55.435.000)	(62.700)	17.273.166
Tecnologia da Informação	4	(241.337.000)	(960.163.000)	(512.000)	479.219.989
Telecomunicações	2	(133.191.000)	(133.191.000)	(133.191.000)	0
Utilidade Pública	6	(940.434.000)	(3.087.676.000)	(14.253.000)	1.296.576.545
Financeiro e Outros	16	(680.500.500)	(6.680.774.000)	(132.000)	1.672.126.210
Total	64	(1.191.409.867,2)	(44.589.000.000)	(62.700)	5.624.990.876

Fonte: Elaborado pelos autores com base no site da BM&FBovespa (Dados obtidos em 15/11/2015)

Verifica-se também que a maior perda ocorreu no setor de “Petróleo, Gás e Biocombustíveis” e a menor perda no setor de “Consumo Cíclico”. A maior discrepância de valores aconteceu nos setores de “Petróleo, Gás e Biocombustíveis”, “Financeiros e Outros” e “Utilidade Pública”, respectivamente. No setor de “Telecomunicações” não houve discrepância de resultados, pois foram observadas duas empresas e ambas registraram o mesmo valor de perda.

4.3 Reversões de Perdas Estimadas

A Tabela 5 demonstra os valores da reversão da perda estimada por redução ao valor recuperável de ativo registradas pelas empresas analisadas, de acordo com cada setor de atuação.

Tabela 5 - Reversões registradas pelas empresas no ano de 2014

Setor	Empresa	R\$	Média do Setor
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petrobras	52.000.000	52.000.000
Bens Industriais	Schulz	1.736.000	1.736.000
Construção e Transporte	Gafisa	32.739.000	12.472.000
	Lopes Brasil	4.223.000	
	Libra	454.000	
Consumo não Cíclico	Biosev	454.000	38.167.500
	Ambev	75.881.000	
Consumo Cíclico	Teka	34.166.000	12.251.333
	Alpargatas	2.442.000	
	Springer	146.000	
Tecnologia da Informação	Itautec	1.492.000	1.492.000
Utilidade Pública	Celesc	43.923.000	50.766.500
	Eletrobras	57.610.000	
Financeiro e Outros	Banco Pan	276.423.000	166.014.333
	Banestes	79.678.000	
	Banrisul	141.942.000	
Total	16	805.309.000	41.862.458

Fonte: Elaborado pelos autores com base no site da BM&FBovespa (Dados obtidos em 15/11/2015)

Do total de 479 empresas analisadas, apenas 16 registraram reversões das perdas reconhecidas em resultados anteriores. Do setor de “Petróleo, Gás e Biocombustíveis”, apenas a empresa Petrobras registrou reversão de perda no ano de 2014, tal valor corresponde a R\$ 52.000.000,00.

No segmento de “Bens Industriais”, constatou-se que apenas a empresa Schulz registrou tal reversão. Em “Construção e Transporte”, foi identificada uma média de 12 milhões de reais, de reversão no ano de 2014, sendo referente às empresas Gafisa, Lopes Brasil e Libra responsável por essa média. As companhias Biosev e Ambev, do setor de “Consumo não Cíclico”, apresentaram reversões de aproximadamente 38,1 milhões de reais.

Verificou-se que três empresas do setor “Consumo Cíclico”, registraram reversão de perda em 2014, são elas: Teka, Alpargatas e Springer, representando uma média de R\$ 12.251.333. No setor de “Tecnologia de Informação”, somente a empresa Itautec registrou a reversão de perda de ativos, no valor de R\$ 1.492.000.

Observou-se que no segmento de “Utilidade Pública”, apenas a Celesc e a Eletrobrás registraram reversão, sendo essa de aproximadamente 50 milhões de reais. Por fim, quanto ao segmento de “Financeiros e Outros”, as empresas que registraram reversão, foram: Banco Pan, Banestes e Banrisul, registrando uma média de 166 milhões de reais.

4.4 Taxas de Desconto

A Tabela 6 apresenta a forma de cálculo utilizada pelas empresas para encontrar a taxa de desconto na realização do teste de *impairment*.

Tabela 6 - Forma de cálculo da taxa de desconto utilizada no teste de *impairment*

Sector	Custo Médio Ponderado de Capital	Fluxo de Caixa Descontado	Observações
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	3	1	4
Materiais Básicos	7	0	7
Bens Industriais	1	2	3
Construção e Transporte	2	6	8
Consumo não Cíclico	1	3	4
Consumo Cíclico	2	8	10
Tecnologia da Informação	2	2	4
Telecomunicações	2	0	2
Utilidade Pública	4	2	6
Financeiro e Outros	0	16	16
Total	24	40	64

Fonte: Elaborado pelos autores com base no site da BM&FBovespa (Dados obtidos em 15/11/2015)

Percebe-se por meio da Tabela 6 que 60% das empresas optaram pelo fluxo de caixa descontado e 40% das entidades, optaram pelo custo médio ponderado de capital.

Apesar disso, constatou-se que as sete empresas do setor de “Materiais Básicos” que reconheceram perdas, todas optaram pelo custo médio ponderado de capital. O mesmo foi verificado nas duas empresas do setor de “Telecomunicações”.

Em contrapartida, o setor econômico “Financeiro e Outros”, que é composto por 16 empresas, todas optaram pela utilização do fluxo de caixa descontado.

Das 64 empresas que registraram a perda por *impairment*, 36 delas divulgaram de forma explícita o valor da taxa de desconto utilizada, conforme mostra a Tabela 7.

Tabela 7 - Taxas de desconto divulgadas pelas empresas no ano de 2014

Sector	Observação	Média %	Máximo %	Mínimo %	Desvio Padrão %
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	1	10,00	10,00	10,00	0
Materiais Básicos	2	12,43	13,35	11,50	1,31
Bens Industriais	2	8,35	9,00	7,70	0,92
Construção e Transporte	8	11,04	16,69	4,00	4,53
Consumo não Cíclico	3	8,80	14,70	5,50	5,12
Consumo Cíclico	5	11,45	16,50	6,00	4,87
Tecnologia da Informação	3	13,56	18,00	9,14	4,43
Telecomunicações	2	12,30	12,30	12,30	0
Utilidade Pública	6	7,90	12,00	5,44	2,80
Financeiro e Outros	4	11,83	13,31	10,24	1,38
Total	36	10,65	18,00	4,00	3,75

Fonte: Elaborado pelos autores com base no site da BM&FBovespa (Dados obtidos em 15/11/2015)

Com relação à análise setorial, constatou-se que:

- no setor de “Petróleo, Gás e Biocombustíveis”, apenas a companhia Nova Óleo apresentou de forma clara o valor da taxa de desconto utilizada, sendo esta responsável pela média do setor;
- “Materiais Básicos” as empresas que divulgaram tais taxas foram: Gerdau Metalúrgica e Usiminas, onde a máxima foi de 13,35% e a mínima de 11,50%;

- as empresas do setor de “Bens Industriais”, que divulgaram a taxa de desconto foram: Embraer e Tupy, a média apurada ficou em 8,35%;
- oito empresas de “Construção e Transporte” divulgaram a taxa, são elas: Brookfield, CR2, Gafisa, BR Brokers, Lopes Brasil, All America Latina Logística, All America Latina Logística Malha Norte e Libra Terminal. Havendo uma discrepância de 4,53% no período analisado;
- no setor de “Consumo não Cíclico”, as empresas que apresentaram as taxas de desconto foram: Biosev, Ambev e Qualicorp, onde a maior taxa de desconto foi de 14,7% e a menor de 5,5%;
- as cinco empresas que divulgaram a taxa no setor de “Consumo Cíclico” foram: Buettner, Karsten, Alpargatas, Somos Educação e IMC, sem do que a média apurada foi de 11,45%;
- no setor de “Tecnologia da Informação”, três companhias divulgaram a taxa de desconto, são elas: Itautech, BRQ Soluções e Senior Solution, onde a máxima foi de 18% e a mínima de 9,14%;
- as duas empresas do setor de “Telecomunicações” que divulgaram a taxa foram: Jereissati Participações e Jereissati Telecom, onde a taxa divulgada foi a mesma para ambas;
- no setor de “Utilidade Pública”, as empresas que divulgaram tal taxa, foram: AES Tiete, Celesc, Cesp, Eletrobras, Eneva e Equatorial, a discrepância do período foi de 2,8%; e
- por fim, no setor de “Financeiro e Outros”, quatro empresas divulgaram a taxa de desconto de forma explícita, são elas: Banrisul, Bradesco, Indusval e Itau Unibanco, tal setor teve uma média de 11,83%.

Das empresas que não deixaram sua taxa de desconto explícita em notas explicativas, pode se afirmar que as mesmas não estão em discordância com o CPC 01 (R1), pois todas demonstraram que utilizam as taxas de descontos de companhias com segmentos similares de parâmetro. Algumas afirmaram utilizar como taxa de desconto a taxa de juro efetiva de ativos, outras o Certificado de Depósito Interbancário [CDI], mas a maior parte delas deixou claro que utiliza a taxa de desconto vigentes de mercado, atualizado pela inflação. Todas deixaram claro em suas notas explicativas que utilizam as taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da companhia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo verificar as diferenças e as similaridades nas taxas de desconto utilizadas no teste de *impairment* pelas companhias listadas na BM&FBovespa, classificadas de acordo com seus setores de atuação.

Para sua execução, foi realizado um estudo de cunho descritivo, a partir de demonstrações financeiras e notas explicativas, apresentadas pelas empresas listadas na BM&FBovespa no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Com base nos resultados alcançados com a pesquisa, concluiu-se que das 479 empresas analisadas, 78 empresas não citaram o teste em suas notas explicativas, 337 empresas utilizaram o teste, porém, não foi constatada a necessidade de reconhecimento de perda.

Do total das 64 companhias que registraram perdas estimadas por *impairment*, 16 são do setor “Financeiro e Outros”. No entanto, se forem consideradas as 479 empresas

investigadas na pesquisa, percebe-se que as perdas foram reconhecidas principalmente pelos setores de “Petróleo, Gás e Biocombustíveis” (67%) e de “Tecnologia da Informação” (40%).

Das 64 empresas que reconheceram perda no valor recuperável de ativos, aproximadamente 60% mencionam que utilizam o Fluxo de Caixa Descontado para cálculo da taxa de desconto.

Ressalta-se que 36 companhias trouxeram de forma clara, em suas notas explicativas, o valor da taxa de desconto utilizada no teste de *impairment*, sendo que os percentuais variam de 4% a 18%, apresentando maior desvio padrão entre as empresas dos setores de consumo não cíclico (5,12%).

Constatou-se que as empresas que trouxeram as taxas de forma implícita, também estão de acordo com a Legislação vigente, visto que todas apontaram nas notas explicativas a forma que utilizam para chegar à taxa de desconto e reconhecer a perda no resultado do exercício.

Desta forma o presente trabalho atendeu ao questionamento inicial da pesquisa, encontrando a quantidade de empresas que utilizaram o teste de *impairment*, e qual o valor das taxas de desconto utilizadas por elas.

Como sugestão para futuras pesquisas recomenda-se a realização de análise comparativa dos resultados desta pesquisa através dos anos, identificando se há crescimento na quantidade de empresas que utilizaram o teste de recuperabilidade de ativos e reconheceram perdas.

REFERÊNCIAS

Beuren, I. M., & Raupp, F. M. (2006a). Proposta de mensuração de ativos imobilizados por meio do *fair value* e do *impairment test*. In: 6º CONGRESSO DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2006, São Paulo. *Anais*. São Paulo: USP.

Beuren, I. M., & Raupp, F. M. (2006b). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.

Comissão de Valores Mobiliários. (2007). *Deliberação CVM nº 527*, de 1º de novembro de 2007. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC sobre redução ao valor recuperável de ativos. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/inst/inst527.html>. Acesso em: 12 jun. 2015.

Comissão de Valores Mobiliários. (2010). *Deliberação CVM nº 639*, de 7 de outubro de 2010. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC sobre redução ao valor recuperável de ativos. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deli/anexos/0600/deli639.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2015.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2010). *Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1): Redução ao valor recuperável de ativos*, de 07 de outubro de 2010. Disponível em: http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/27_CPC_01_R1_rev%2008.pdf. Acesso em: 9 jun. 2015.

Diehl, A. A. (2004). *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnica*. São Paulo: Prentice Hall.

Ferreira, M. A., & Martins, V. F. (2015). *Disclosure* de informações sobre o teste de *impairment* entre as companhias do setor elétrico brasileiro, listadas no Novo Mercado. *Revista de Auditoria Governança e Contabilidade*, 3 (8), p. 82-93.

Gervásio, I. R. S., & Souza, I. G. M. (2014). Um Estudo Sobre os Procedimentos de Aplicação do Teste de Recuperabilidade de Ativos em uma Empresa de Saneamento e Abastecimento de Água do Estado de Pernambuco. *Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI*, 1 (1), p. 159-172, jan./jun.

Gibbs. G (2009). *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: ARTMED.

Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2001). *Metodologia do Trabalho Científico*. 6.ed. – São Paulo: Atlas.

Martins, E, Gelbcke, E. R., Santos, A., & Iudícibus, S. (2013). *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC*. 2. ed. São Paulo: Atlas.

Rech, I. J., & Cunha, M. F. (2011). Análise das taxas de desconto aplicáveis na mensuração dos ativos biológicos a valor justo. In: 11º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2011, São Paulo. *Anais*. São Paulo: USP.

Souza, M. M., Borba, J. A., & Zandonai, F. (2011). Evidenciação da perda no valor recuperável de ativos nas demonstrações contábeis: uma verificação nas empresas de capital aberto brasileiras. *Contabilidade Vista & Revista*, 22 (2), p. 67-91, abr./jun.

Wrubel, F., Marassi R. B., & Klann, R. C. (2015). Determinantes do Reconhecimento de Perdas Por *Impairment* em Empresas Brasileiras. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE*, 6 (1), p. 112-128, jun.

Zandonai, F., & Borba, J. A. (2009). O que dizem os achados das Pesquisas Empíricas sobre o Teste de *Impairment*: Uma Análise dos *Journals* em Língua Inglesa. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 12 (1), p. 24-34.